



João Caraméz discute o papel das agências reguladoras



Em seminário no Sindicato dos Engenheiros, o deputado ressalta a importância do tema; secretária de Saneamento, Dilma Seli Pena, também participa do evento

O deputado João Caraméz participou do Seminário “O Papel das Agências Reguladoras” promovido pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. Na abertura, o parlamentar cumprimentou o Sindicato pela iniciativa que “trouxe para o debate um tema de interesse para toda a sociedade”.

Analisando o Projeto de Lei nº 3337/04, que tramita no

Congresso e visa alterar a lei de criação das agências reguladoras, Caraméz manifestou algumas discordâncias: “É questionável a imparcialidade de um órgão que tem os seus cargos principais ocupados por indicações do Poder Executivo, como ocorre atualmente. A imparcialidade deve ser uma das principais características do órgão de fiscalização. Isso só é possível através da independência

político-administrativa e funcional.

A autonomia financeira das agências também não tem sido verificado, pois na prática os recursos têm sido contingenciados pelo governo”. A secretária de Energia e Saneamento, Dilma Seli Pena, fez uma exposição sobre o Projeto de Lei Complementar que cria a Arsesp, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

Projeto do deputado Celso Giglio propõe que reciclagem de entulho seja obrigatória no Estado

Tramita na Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei Nº 920, do deputado Celso Giglio, que obriga a Administração Pública a reciclar todo o entulho gerado em suas construções e promover o reaproveitamento desse material reciclado nas novas obras contratadas.

“O entulho continua sendo jogado nas estradas, avenidas e nas margens dos rios e córregos, contribuindo fortemente para o assoreamento, causa importante das enchentes que assolam periodicamente nossas metrópoles”. Além disso, explica o deputado, o entulho corresponde a pelo menos metade de todo o resíduo sólido produzido pelas grandes cidades, agravando o problema do lixo.

Segundo estudos, a reciclagem de entulho pode ser feita com instalações e

equipamentos de baixo custo, podendo ser realizada, muitas vezes, na própria obra eliminando assim os custos de transporte.

Além das obras da Administração Pública Estadual, toda obra executada pelos concessionários e permissionários dos serviços estaduais, assim como toda obra municipal executada com financiamento total ou parcial do Estado, serão alcançadas pela lei.

“Mesmo com a disseminação das caçambas, os locais pré-determinados para o depósito dos resíduos muitas vezes não são apropriados ou se encontram próximo da saturação, o que permite que o entulho continue a ser um problema ambiental de grandes proporções”, diz Celso Giglio.

Alguns municípios têm usinas de reciclagem, porém

depois de processado o entulho, não é utilizado. Por isso, é preciso desenvolver uma autêntica indústria no Estado que assegure a demanda pelo material resultante da reciclagem. Tornar obrigatório o emprego desse material reciclado do entulho em qualquer obra nova executada pela Administração Estadual deverá ser o bastante para imprimir ao setor de reciclagem o impulso de que ele necessita.

O projeto prevê ainda que para toda obra empreendida em terreno onde foi efetuada uma demolição, no mínimo, 30% do material proveniente do prédio demolido deve ser reaproveitado. O projeto foi inspirado na Resolução nº 307/ 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama, especialmente no que se refere aos conceitos adotados.



Expediente

Informativo da Liderança do PSDB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Tel: 3886.6653 / 3886.6479 – e-mail: imprensa-psdb@al.sp.gov.br

Líder: deputada Maria Lúcia Amary
Assessoria de Imprensa: Sílvio de Albuquerque
Conteúdo: Suzana de Castro Campos





Campanha Solidariéd'Aids continua nos aeroportos

Deputado Bruno Covas se compromete a continuar buscando apoio para que prazo da campanha se estenda para dois anos

A visita do deputado Bruno Covas à Casa Sol, pioneira no tratamento odonto-pediátrico especializado em crianças portadoras do HIV/AIDS, já trouxe resultado positivo para a entidade. Uma grande necessidade manifestada pelo diretor da Casa Sol, Armando Sérgio de Melo Ferreira, é sobre a continuidade da divulgação da Campanha Solidariéd'Aids, desenvolvida nos principais aeroportos do país. Logo após o encontro do deputado com Armando Sérgio, na sede da instituição, no fim de setembro, Bruno Covas recebeu a confirmação da Infraero de que os aeroportos estarão liberados por mais seis meses para esta divulgação.

Tal demanda já havia sido levada ao secretário de Estado da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, por Bruno Covas, quando em visita àquele gabinete, acompanhado

pelo diretor da Casa Sol, também em setembro. Depois de confirmar esse período de mais seis meses para a Solidariéd'Aids nos aeroportos brasileiros, o deputado se comprometeu a continuar



buscando apoio para que esse prazo se estenda para dois anos.

Para a Casa Sol, é fundamental que a divulgação continue nos aeroportos e se amplie para outros pontos de grande concentração de pessoas, como os terminais rodoviários da Barra Funda e

do Tietê. Com os recursos da campanha, que recebe doações dos passageiros, a instituição pode atender cerca de 1.050 crianças, na sede da Rua Panamericana, 131. Lá, elas recebem atendimento

odontológico, com profissionais capacitados para tal especificidade. Um ambiente que chamou muito a atenção do deputado foi a sala de esterilização, com equipamento de alta tecnologia.

Outra iniciativa da Casa Sol é a cozinha experimental que acaba de ser montada, onde as mães das

crianças atendidas poderão fazer cursos que a instituição já está programando. Um curso que está despertando bastante interesse é o de aproveitamento de alimentos, onde as mães aprenderão a utilizar cascas e sobras de frutas, legumes e verduras para criar novas receitas.



Agenda Assembléia

www.al.sp.gov.br

O que acontece - 4 de outubro

10h00 Evento: Reunião dos aposentados e pensionistas da Alesp

Local: Plenário José Bonifácio

10h30 Evento: CPI - Queima da palha da cana-de-açúcar, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse deste órgão técnico.

Local: Plenário Tiradentes

11h00 Evento: CPI da Telefonia. Objeto: para discutir assuntos de interesse deste Órgão Técnico

Local: Plenário Dom Pedro I

15h00 Evento: Reunião extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor

Local: Plenário José Bonifácio

Evento: Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Objeto: deliberação de pauta com 55 itens

Local: Plenário Dom Pedro I

15h30 Evento: Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos. Objeto deliberação de pauta com 05 itens

Local: Plenário Tiradentes

Proposituras

> PL 1.184/07 – Mauro Bragato - PSDB

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Bom Pastor ABBP, em Primavera, no município de Rosana.